

Exmo. Relator Conselheiro **Sebastião Helvécio** do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Autos : 1092526

Citação : Ofícios n. 13898/2020, 13892/20, 13893/20, 13894/20, 13895/20, 13896/20, 13897/20 e 13898/20 - SEC/1ª Câmara

Jurisdicionado: Município de Patrocínio

Natureza : Auditoria

**DEIRÓ MOREIRA MARRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.091.814 SSP/MG e do CPF 491.320.596-04, residente na Rua Cesário Alvim nº 1611, Bairro São Francisco, na cidade de Patrocínio - MG, na condição de Prefeito do Município de Patrocínio, gestão 2017/2020; **ANA LUIZA PRATES**, brasileira, solteira, portadora do CPF 103.694.486-77, Controladora Interna, residente e domiciliada à Rua Coronel Rabelo, n. 2.027 (Apto 102) Bairro S. Francisco CEP: 38.740-000, Patrocínio/MG; **JORGE MOREIRA MARRA**, brasileiro, casado, portador do CPF 321.140.606-91, ex-Secretário de Obras, residente e domiciliado à Rua Martins Mundim, nº 490, Centro, Patrocínio/MG; **LUIZ EDUARDO SALOMÃO MENDONÇA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF: 056.268.256-22, Secretário de Administração, residente e domiciliado à Rua João de Carvalho, nº 1304, Matinha, CEP: 38.740-000, Patrocínio/MG; **HUMBERTO DONIZETE FERREIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF: 301.395.466-34, Secretário de Saúde, com endereço à Rua Joaquim Carlos Santos, nº 766, N. S. de Fátima, CEP: 38.740-000, Patrocínio/MG; **EMERSON CAIXETA**, brasileiro, separado, portador do CPF: 829.523.456-00, Secretário de Educação, residente e domiciliado à Rua Portugal, nº 2576, Nações, CEP: 38.740-000, Patrocínio/ MG e **ODIRLEI JOSÉ DE MAGALHÃES**, brasileiro, casado, portador do CPF 038.724.476-02, Secretário de Agricultura, residente e domiciliado à Alameda das Jaqueiras, nº 526, Morada Nova II, CEP: 38.740-000, Patrocínio/MG, vêm respeitosamente à presença de V. Exa. apresentar **defesa** no processo em epígrafe, conforme expõe:

## **1. Da tempestividade**

Consoante se tem pelo andamento processual no site do TCE-MG foi juntado o último Aviso de Recebimento (AR) em **23 de outubro de 2020**, referentes aos ofícios 13892/20, 13893/20, 13894/20, 13895/2020, 13896/2020, 13897/2020 e 13898/2020, motivo pelo qual vence o prazo para manifestação em **18 de dezembro de 2020**, portanto, incontestada a tempestividade da presente manifestação.

## **2. Preliminarmente:**

### **Da ilegitimidade passiva do Prefeito para figurar na presente**

Preliminarmente, de se conhecer a ilegitimidade passiva do Prefeito de Patrocínio, **Deiró Moreira Marra**, para figurar na presente, haja vista que, longe de existir qualquer irregularidade, ilegalidade ou ato atentatório contra os princípios regentes da Administração Pública, de se ver que a questão levantada versa, unicamente, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal Patrocínio, nos dias 09 e 13 a 17/03/2020, tendo por objetivo examinar as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle interno das unidades executoras do sistema de transporte e equipamentos do Poder Executivo Municipal, no exercício de 2020, quanto a sua eficiência e eficácia.

E em que pese as recomendações efetuadas para o aprimoramento do controle de gastos com o transporte, nada se apurou de irregular ou improbo. Entretanto, todos os atos fiscalizados tinham servidores nomeados para as específicas funções de controle, sendo assim, delegadas as atribuições tanto pelas nomeações como pela legislação municipal, não podendo o Prefeito ser penalizado por atos de outrem.

Assim, considerando-se que pela exposição a seguir demonstrada, se pretende esclarecer à essa Câmara que não foram feridos os princípios da legalidade, moralidade e da transparência, bem como foram respeitados todos os princípios norteadores da Administração Pública, e em especial, que o Prefeito delegou a seus Secretários o controle do transporte municipal, portanto, necessário de se excluir, primeiramente, o Prefeito **Deiró Moreira Marra** do polo passivo, sob o crivo do quanto vem decidindo, de forma reiterada, este c. Tribunal de Contas:

*DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM do prefeito municipal. acolhida. PREJUÍZO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. afastada. MÉRITO. IRREGULARIDADES. OBRIGATORIEDADE De VISITA*

*TÉCNICA COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA De VISTO DO CREA OU DO CAU estadual PARA LICITANTES DE OUTRO ESTADO NA FASE DE HABILITAÇÃO. RESTRIÇÃO DOS MEIOS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS. procedência parcial. MULTA.1. A autoridade que exerce competência delegada é diretamente responsável pela licitude de seus atos, não cabendo cogitar-se do autor da delegação. A delegação é ato limitado à transferência de poderes que não se confunde com o seu exercício do qual resulta a ilegalidade ou abuso de poder. (TJMG, Proc. 1.0000.13018150-6/001, Rel. Des. Almeida Melo, Julgamento: 10/7/2013, Pub.: 23/10/2013).2. É válida a citação por via postal entregue no endereço correto, independentemente de o aviso de recebimento ter sido assinado por terceiro.3. A obrigação da visita técnica para a execução do contrato, com a presença do engenheiro, como requisito de habilitação, contraria o disposto no art. art. 30, inciso III, da Lei n. 8.666/93.4. É irregular a exigência do visto do CREA ou do CAU de Minas Gerais para licitantes de outro Estado na fase de habilitação.5. É irregular a impossibilidade de se recorrer por via postal, por fax ou por e-mail. [DENÚNCIA n. 1012304. Rel. CONS. JOSÉ ALVES VIANA. Sessão do dia 04/02/2020. Disponibilizada no DOC do dia 16/03/2020.](g.n).*

*DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. **PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA.** PREFEITA E PREGOEIRA. **EXCLUSÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL.** MÉRITO. COMPROMETIMENTO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME. **IRREGULARIDADE.** APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO.A exigência no edital de requisitos que restrinjam indevidamente a competitividade do certame ensejam a aplicação de multa, com fundamento no art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93. [DENÚNCIA n. 932526. Rel. CONS. JOSÉ ALVES VIANA. Sessão do dia 05/07/2018. Disponibilizada no DOC do dia 20/07/2018.](g.n).*

*EDITAL DE LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REALIZAÇÃO DE NOVA LICITAÇÃO. PRELIMINARES. COISA JULGADA. NÃO ACOLHIDA. **ILEGITIMIDADE PASSIVA.** ACOLHIDA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO*

*DE REVOGAÇÃO. AUSÊNCIA DO ORÇAMENTO ESTIMADO COMO ANEXO DO EDITAL. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. RECOMENDAÇÕES AO ATUAL GESTOR.1. A formação da coisa julgada advém da existência de decisão de mérito e do seu trânsito em julgado.2. **Diante da comprovação de que o Chefe do Poder Executivo apenas assinou a solicitação de abertura da licitação, fica o agente público excluído da relação processual.**3. O reconhecimento da irregularidade das especificações técnicas do objeto licitado depende, alternativamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade das exigências editalícias, ou da inadequação destas.4. No desfazimento do procedimento licitatório, a utilização imprópria dos termos revogação ou anulação, pela Administração, por si só, não enseja responsabilização do gestor público, a qual depende da demonstração de que tal conduta ensejou prejuízos ao certame. 5. A divulgação do orçamento estimado da contratação como anexo do edital, na modalidade pregão, consubstancia faculdade da Administração, porquanto é suficiente que o orçamento conste nos autos do procedimento licitatório, consoante disposto no inciso III do art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002. [EDITAL DE LICITAÇÃO n. 879662. Rel. CONS. GILBERTO DINIZ. Sessão do dia 15/03/2018. Disponibilizada no DOC do dia 02/04/2018.] (g.n).*

Sendo certo que se o Prefeito delegou à Controladora Interna a função de fiscalização dos atos municipais e a cada Secretário a função de execução de suas atribuições de controle e execução dos serviços públicos e em especial à Secretária Municipal de Obras a função direta de controle dos gastos com transporte municipal cabem aos mesmos a responsabilidade de cuidar de cada função delegada.

### **3. Do Feito**

Cuida-se de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Patrocínio, nos dias 09 e 13 a 17/03/2020, tendo por objetivo examinar as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle interno das unidades executoras do sistema de transporte e equipamentos do Poder Executivo Municipal, no exercício de 2020, quanto a sua eficiência e eficácia. O relatório elaborado pela 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios apontou os seguintes achados:

#### **2.0 ACHADOS DE AUDITORIA**

*2.1 A Controladoria Interna Municipal não atua na verificação dos controles dos Serviços de Transporte e Frota, não realiza auditorias periódicas, não emite relatórios sobre as auditorias realizadas e não informa à autoridade superior as ocorrências na execução dos procedimentos relacionados a tais serviços;*

(...)

**2.1.7- Responsáveis**

<b>Nome</b>	<b>Qualificação</b>
Ana Luíza Prates	Controladora Interna

*2.2 A Prefeitura Municipal possui controles sobre o deslocamento, consumo de combustíveis e manutenção de veículos e equipamentos realizados exclusivamente em procedimentos criados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e sem amparo de ato normativo emanado da Controladoria Interna e Outras Secretarias Municipais, em desconformidade com a Lei Complementar Municipal 53/2009 e Decreto Municipal 2.671/2010;*

(...)

**2.2.7 Responsáveis:**

<b>Nome</b>	<b>Qualificação</b>
Deiró Moreira Marra	Prefeito Municipal
Ana Luíza Prates	Controladora Interna
Jorge Moreira Marra	Secretário de Obras
Luiz Eduardo Salomão Mendonça	Secretário de Administração
Humberto Donizete Ferreira	Secretário de Saúde
Emerson Caixeta	Secretário de Educação
Odirlei José de Magalhães	Secretário de Agricultura

*2.3 A Prefeitura Municipal não possui instrumentos de controle sobre a saída de equipamentos horas trabalhadas*

(...)

*2.3.7 Responsáveis:*

<i>Nome</i>	<i>Qualificação</i>
<i>Deiró Moreira Marra</i>	<i>Prefeito Municipal</i>
<i>Ana Luiza Prates</i>	<i>Controladora Interna</i>
<i>Jorge Moreira Marra</i>	<i>Secretário de Obras</i>

*2.4 A Administração Municipal não utiliza os instrumentos de controle como ferramentas de gestão na tomada de decisão, visando atender aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência.*

(...)

*2.4.7 Responsáveis:*

<i>Nome</i>	<i>Qualificação</i>
<i>Deiró Moreira Marra</i>	<i>Prefeito Municipal</i>
<i>Jorge Moreira Marra</i>	<i>Secretário de Obras</i>
<i>Luiz Eduardo Salomão Mendonça</i>	<i>Secretário de Administração</i>
<i>Humberto Donizete Ferreira</i>	<i>Secretário de Saúde</i>
<i>Emerson Caixeta</i>	<i>Secretário de Educação</i>
<i>Odirlei José de Magalhães</i>	<i>Secretário de Agricultura</i>

*2.5 O Município não prestou corretamente as informações ao TCEMG por intermédio do SICOM relativas aos veículos/equipamentos da frota municipal.*

(...)

**2.5.7 Responsáveis:**

<i>Nome</i>	<i>Qualificação</i>
<i>Deiró Moreira Marra</i>	<i>Prefeito Municipal</i>

**2.6 A Prefeitura Municipal de Patrocínio não implantou sistema de controle interno**

(...)

**2.6.7 Responsáveis:**

<i>Nome</i>	<i>Qualificação</i>
<i>Deiró Moreira Marra</i>	<i>Prefeito Municipal</i>
<i>Ana Luiza Prates</i>	<i>Controladora Interna</i>
<i>Jorge Moreira Marra</i>	<i>Secretário de Obras</i>
<i>Luíz Eduardo Salomão Mendonça</i>	<i>Secretário de Administração</i>
<i>Humberto Donizete Ferreira</i>	<i>Secretário de Saúde</i>
<i>Emerson Caixeta</i>	<i>Secretário de Educação</i>
<i>Odirlei José de Magalhães</i>	<i>Secretário de Agricultura</i>

Sendo que ao final, chegou à seguinte conclusão:

**3.0 CONCLUSÃO DA AUDITORIA**

*Realizada a presente auditoria, constatou-se que:*

- A Controladoria Interna Municipal não atua na verificação dos controles dos Serviços de Transporte e Frota, não realiza auditorias periódicas, não emite relatórios sobre as auditorias realizadas e não informa à autoridade superior as ocorrências na execução dos procedimentos relacionados a tais serviços, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, aos Arts. 25 e 37, § único, incisos XI, XVII e XVIII da Lei Complementar Municipal nº 53/2009, aos Arts. 9º e 12, § único, incisos XI, XVII e XVIII do Decreto Municipal 2.671/2010, ao art. 5º da IN*



TCE/MG 08/2003 e ao art. 2º da Decisão Normativa n. 02/2016, sendo responsável a Sra. Ana Luíza Prates, Controladora Interna (achado 2.1);

- A Prefeitura Municipal possui controles sobre o deslocamento, consumo de combustíveis e manutenção de veículos e equipamentos realizados exclusivamente em procedimentos criados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e sem amparo de ato normativo emanado da Controladoria Interna e Outras Secretarias Municipais, em Desconformidade com a Lei Complementar Municipal 53/2009 e Decreto Municipal 2.671/2010, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, aos arts. 25, 26, I a VI, 37, § único, XI, XVII e XVIII, da LCM n. 53/2009, aos arts. 9º, 10, I a VI, 12, § único, XI, XVII e XVIII, 13, IV, 35, 40, I a IV, 41, 53, V, 54, 57, V, 62 e 63, V, do Decreto Municipal n. 2.671/2010, a Resolução nº 1.135, de 21 de novembro de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade, ao art. 5º, IN TCE/MG 08/2003, art. 2º, da Decisão Normativa n. 02/2016 e a, sendo responsáveis o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal, a Sra. Ana Luíza Prates, Controladora Interna, o Sr. Jorge Moreira Marra, Secretário de Obras, o Sr. Luiz Eduardo Salomão Mendonça, Secretário de Administração, o Sr. Humberto Donizete Ferreira, Secretário de Saúde, o Sr. Emerson Caixeta, Secretário de Educação e o Sr. Odirlei José de Magalhães, Secretário de Agricultura (achado 2.2);
- A Prefeitura Municipal não possui instrumentos de controle sobre a saída de equipamentos e horas trabalhadas, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, a Resolução nº 1.135, de 21 de novembro de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade, art. 5º, IN TCE/MG 08/2003 e ao art. 2º da Decisão Normativa n. 02/2016, sendo os responsáveis o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal, a Sra. Ana Luíza Prates, Controladora Interna e o Sr. Jorge Moreira Marra, Secretário de Obras (achado 2.3);
- A Administração Municipal não utiliza os instrumentos de controle como ferramentas de gestão na tomada de decisão, visando atender aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, a Resolução nº 1.135, de 21 de novembro de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade, art. 5º, IN TCE/MG 08/2003 e ao art. 2º da Decisão Normativa n. 02/2016, sendo responsáveis o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal, o Sr. Jorge Moreira Marra, Secretário de Obras, o Sr. Luiz Eduardo Salomão Mendonça, Secretário de Administração, o Sr. Humberto Donizete Ferreira, Secretário de Saúde, o Sr. Emerson Caixeta, Secretário de Educação e o Sr. Odirlei José de Magalhães, Secretário de Agricultura (achado 2.4);



- *O Município não prestou corretamente as informações ao TCEMG por intermédio do SICOM relativas aos veículos/equipamentos da frota municipal, em ofensa a Resolução TCE/MG 16/2012 e a IN TCE/MG 10/2011, sendo responsável o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal (achado 2.5);*
- *A Prefeitura Municipal de Patrocínio não possui sistema de controle interno implantado, efetivamente, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, a LCM n. 53/2009, ao Decreto Municipal n. 2.671/2010, ao art. 5º da IN TCE/MG 08/2003 e ao art. 2º da Decisão Normativa. 02/2016, sendo responsáveis o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal, a Sra. Ana Luiza Prates, Controladora Interna, o Sr. Jorge Moreira Marra, Secretário de Obras, o Sr. Luiz Eduardo Salomão Mendonça, Secretário de Administração, o Sr. Humberto Donizete Ferreira, Secretário de Saúde, o Sr. Emerson Caixeta, Secretário de Educação e o Sr. Odirlei José de Magalhães, Secretário de Agricultura (achado 2.6);*

Sendo ao final, produzida a seguinte proposta de encaminhamento:

#### **4.0 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO DA AUDITORIA**

Propõe-se a citação dos responsáveis acima relacionados, para que se manifestem acerca das impropriedades detectadas nos achados de auditoria, nos termos do art. 276 da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 (Regimento Interno do TCEMG). Sugere-se que este Tribunal determine prazo para que a Prefeitura Municipal de Patrocínio sane as impropriedades apontadas no tocante ao controle interno dos serviços de transportes, nos termos expostos neste relatório.

Ao exposto, passará a ser discorrido, item por item, quanto às impropriedades apontadas, demonstrando-se que todas elas foram devidamente sanadas e/ou estão sendo sanadas no Município, o que impende no reconhecimento por esse Tribunal, da regularidade do controle interno dos serviços de transporte do Município de Patrocínio.


#### **3.1 Da comprovação pela fiscalização dos serviços de controle da frota municipal pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município**

Considerando o item 2.1, primeiro apontamento constante nos achados, conclui a Auditoria que: “A *Controladoria Interna Municipal não atua na verificação dos controles*

*dos Serviços de Transporte e Frota, não realiza auditorias periódicas, não emite relatórios sobre as auditorias realizadas e não informa à autoridade superior as ocorrências na execução dos procedimentos relacionados a tais serviços”.*

Sendo identificada como responsável pela verificação dos referidos controles dos serviços de transporte e frota, a servidora Ana Luiza Prates, consoante tópico **2.1.7**.

Ocorre que, como consta do questionário respondido pela referida servidora, inúmeras providências foram tomadas a fim de se iniciar o procedimento de unificação e sistematização do Controle Interno aplicado ao sistema de transporte, que novamente se reproduz:

		QUESTIONÁRIO	
Prefeitura Municipal de Patrocínio		Controles Internos aplicados ao Sistema de Transporte	
Item	Questão	SIM	NÃO
1	A Prefeitura Municipal instituiu e regulamentou o sistema de controle interno?		X
2	A Prefeitura Municipal implantou o sistema de controle interno nos termos da legislação regulamentadora?		X
3	A Prefeitura Municipal possui órgão, comissão ou pessoa responsável pelas atividades de controle interno?	X	
4	O responsável pelo controle interno realiza atividades rotineiras de verificação da execução dos procedimentos relacionados ao setor de transporte?	X	
4	O responsável pelo controle interno emite relatório mensal do acompanhamento da execução dos procedimentos relacionados ao setor de transporte?		X
5	O responsável pelo controle interno informa à autoridade superior as ocorrências verificadas na execução dos procedimentos relacionados ao setor de transporte?		X
6	A Prefeitura Municipal dispõe de unidade e estrutura administrativa centralizada para a gestão do seu sistema de transporte?	X	
7	Existe outros setores da Prefeitura Municipal que possui unidade própria de gestão de transporte? Obs.: Esta questão somente deverá ser respondida se a resposta da 1ª questão for não. Neste caso indicar quais são os setores da Prefeitura tem uma unidade própria de transporte. <i>Secretaria Municipal de Obras</i>	X	
8	A Prefeitura Municipal realiza procedimento licitatório para aquisição de bens, peças, combustíveis e serviços mecânicos para o setor de transporte? Obs.: Informar os números dos processos licitatórios realizados referente ao exercício de 2019: <i>Subitem Pregão: 25/2019, 26/2019, 27/2019, 28/2019, 30/2019, 31/2019, 32/2019, 33/2019, 34/2019, 35/2019, 36/2019, 37/2019, 38/2019, 39/2019, 40/2019, 41/2019, 42/2019, 43/2019, 44/2019, 45/2019, 46/2019, 47/2019, 48/2019, 49/2019, 50/2019, 51/2019, 52/2019, 53/2019, 54/2019, 55/2019, 56/2019, 57/2019, 58/2019, 59/2019, 60/2019, 61/2019, 62/2019, 63/2019, 64/2019, 65/2019, 66/2019, 67/2019, 68/2019, 69/2019, 70/2019, 71/2019, 72/2019, 73/2019, 74/2019, 75/2019, 76/2019, 77/2019, 78/2019, 79/2019, 80/2019, 81/2019, 82/2019, 83/2019, 84/2019, 85/2019, 86/2019, 87/2019, 88/2019, 89/2019, 90/2019, 91/2019, 92/2019, 93/2019, 94/2019, 95/2019, 96/2019, 97/2019, 98/2019, 99/2019, 100/2019</i>	X	
9	A Prefeitura Municipal adota rotinas gerais de controles inerentes à frota municipal de veículos?	X	
10	As rotinas são formalizadas através de manuais de procedimentos?		X

11	A(s) unidade(s) relativa(s) à administração de transportes da Prefeitura Municipal mantém ficha individual com todos os dados referentes aos veículos e máquinas, incluindo registros de odômetro, consumo de peças, combustível e mão de obra?		X
12	Todos os veículos da frota do Executivo Municipal encontram-se devidamente licenciados?		X
13	Existem veículos que possuem seguro total?	X	
14	A (s) unidade (s) de transporte da Prefeitura Municipal adota medidas de controle de deslocamento de sua frota de veículos e máquinas?	X	
15	As saídas dos veículos da frota municipal são formalmente autorizadas por autoridade competente? <i>sem parte</i>	X	
16	A autoridade administrativa responsável emite documento de autorização para abastecimento dos veículos da frota da Prefeitura Municipal?	X	
17	Existem procedimentos adotados para confrontar os documentos fiscais de abastecimento com as autorizações emitidas?	X	
18	A Prefeitura Municipal adota controle individualizado de gastos com peças e acessórios, troca de óleo e lubrificantes bem como mão de obra em todos os veículos e máquinas de sua frota?		X
19	A Prefeitura Municipal adota controle individualizado de horas/máquinas trabalhadas?	X	
20	Existe na Administração Municipal regras definidas para reposição de frota tendo em vista a comparação do custo de manutenção do veículo com o seu preço de mercado?		X
21	A Administração municipal adota rotinas de inspeção periódica de sua frota visando verificar as boas condições de uso e de segurança destes veículos e máquinas?	X	
22	Os veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal são revisados nas respectivas quilometragens exigidas?	X	
23	A Administração Municipal dispõe de normas formalizadas visando o bom uso do veículo bem como de conduta de seus motoristas?	X	
24	A Administração Municipal emite relatório periódico individualizado dos veículos da frota municipal submetendo este a apreciação de autoridades superiores?		X
25	A Administração Municipal adota o processo administrativo para apuração de responsabilidades em caso de acidentes e infrações de trânsito?	X	
26	A Administração Municipal determina ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos causados no veículo quando comprovada a culpabilidade do condutor do respectivo veículo?	X	
27	Existem veículos encostados na unidade de transporte que não se encontram em uso a mais de 06 meses?		X
28	Existem máquinas que trafegam nas vias urbanas do município sem reboque?	X	

*Intervenção*

*12/03/20*

*Ana Luiza Prates*  
Nome: *Ana Luiza Prates*  
Cargo: *Controladora Interna*

Assim, com relação às impropriedades apontadas nos itens **2.1, 2.2, 2.3 e 2.4** da Auditoria, vê-se que tais questionamentos já vinham sendo executados pelo Município, em vista do que responde a Controladora Interna, Ana Luiza Prates, nos tópicos **4, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 25 e 26** do Questionário acima, do qual se extrai que a rotina de controle da frota de veículo e equipamentos já vem sendo operacionalizada pelo Município. Veja-se:

Item	Questão	SIM	NÃO
4	O responsável pelo controle interno realiza atividades rotineiras de verificação da execução dos procedimentos relacionados ao setor de transporte	X	
7	Existe outros setores da Prefeitura Municipal que possui unidade própria de gestão de transporte?  Obs.: Esta questão somente deverá ser respondida se a resposta da 1ª questão for não. Neste caso indicar quais são os setores da Prefeitura tem uma unidade própria de transporte: Resposta: Secretaria Municipal de Obras	X	
8	A Prefeitura Municipal realiza procedimento licitatório para aquisição de bens, peças, combustíveis e serviços mecânicos para o setor de transporte? Obs.: Informar o número dos processos licitatórios realizados referentes ao exercício de 2019: <b>Resposta: Editais Pregão 25/2019,26/2019,28/2019,39/2019,40/2019,47/2019,53/2019,67/2019,68/2019,84/2019,85/2019,96/2019,99/2019,105/2019,120/2019,124/2019,125/2019,133/2019,140/2019,143/2019,144/2019,150/2019,151/2019,164/2019,165/2019</b>	X	
9	A Prefeitura Municipal adota rotinas gerais de controles inerentes à frota municipal de veículos?	X	
14	A(s) unidade(s) de transporte da Prefeitura Municipal adota medidas de controle de deslocamento de sua frota de veículos e máquinas?	X	
15	As saídas dos veículos da frota municipal são formalmente autorizadas por autoridade competente?	X	
16	A autoridade administrativa responsável emite documento de autorização para abastecimento dos veículos da frota da Prefeitura Municipal?	X	
17	Existem procedimentos adotados para confrontar os documentos fiscais de abastecimento com as autorizações emitidas?	X	
19	A Prefeitura Municipal adota controle individualizado de horas/máquinas trabalhadas?	X	

21	A Administração Municipal adota rotinas de inspeção periódica de sua frota visando verificar as boas condições de uso e de segurança destes veículos e máquinas?	X	
22	Os veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal são revisados nas respectivas quilometragens exigidas?	X	
23	A Administração Municipal dispõe de normas formalizadas visando o bom uso do veículo bem como da conduta de seus motoristas?	X	
25	A Administração Municipal adota o processo administrativo para apuração de responsabilidades em caso de acidentes e infrações de trânsito?	X	
26	A Administração Municipal determina ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos causados no veículo quando comprovada a culpabilidade do condutor do respectivo veículo?	X	

De tal forma, com relação aos tópicos acima listados, reconhece ainda a Auditoria, em seu tópico 2.2 que: “**A Prefeitura Municipal possui controles sobre o deslocamento, consumo de combustíveis e manutenção de veículos e equipamentos realizados exclusivamente em procedimentos criados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e sem amparo de ato normativo emanado da Controladoria Interna e Outras Secretarias Municipais, em desconformidade com a Lei Complementar Municipal 53/2009 e Decreto Municipal 2.671/2010.** (destacamos).

Em que pese tal controle ser realizado apenas pela Secretaria Municipal de Obras, à época da realização da auditoria, é inegável que não se descuidou o Município de registrar, e controlar, todos os dados relativos à sua frota, a saber:

Dentre os órgãos da Administração Municipal de Patrocínio é a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos a unidade responsável pelo controle de toda a frota municipal, não apenas das máquinas e veículos da própria Secretaria. Portanto, é inegável que não se descuidou o Município de registrar, e controlar, todos os dados relativos à sua frota, a saber:

- ✓ Execução dos procedimentos relacionados ao setor de transporte;



- ✓ Realização de procedimentos licitatórios para aquisição de bens, peças, combustíveis e serviços mecânicos;
- ✓ Controle de rotinas gerais inerentes à frota municipal;
- ✓ Controle de medidas de deslocamento da frota municipal;
- ✓ Controle de saídas de veículos da frota;
- ✓ Controle de autorização para abastecimento dos veículos;
- ✓ Procedimentos para confrontar documentos fiscais de abastecimento, fiscalizando-os;
- ✓ Controle individualizado de horas/máquinas trabalhadas;
- ✓ Rotinas de inspeção periódica da frota, verificando suas condições de uso
- ✓ Controle e revisão da quilometragem da rota;
- ✓ Relatório periódico individualizado dos veículos da frota;
- ✓ Apuração e responsabilização dos servidores infratores;
- ✓ Apuração de eventuais prejuízos aos cofres públicos e determinação de ressarcimento ao erário por servidores infratores.

Corroborando o que os Auditores verificaram *in loco*, segue pormenorizadamente os procedimentos e rotinas de controle interno quanto a gestão da frota municipal:

#### CONTROLE DO COMBUSTÍVEL – INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS E ROTINAS:

1. Cada carro está identificado com o número específico do setor frota:
  - de 000 a 099 são motos; (35)
  - de 100 a 199 os veículos pequenos; (100)
  - de 200 a 299 – máquinas pesadas; (49)
  - de 300 a 399 – caminhões; (53)
  - de 400 a 499 – ônibus; (10+11)
  - de 500 a 599 – veículos pequenos. (03+05 novos)
2. Cada veículo está relacionado a um motorista, ou, pelo substituto em caso de ausência do motorista titular (férias, licença médica, etc.);
3. O coordenador de cada Secretaria Municipal define a rota, destinação, o objetivo e o tempo necessário do serviço a ser cumprido pelo motorista ou operador;
4. De posse da solicitação do coordenador, o motorista se dirige ao setor de requisição de combustível, que fica na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, informando:
  - a numeração de frota do veículo;
  - o nome do motorista;
  - o tipo de combustível;
  - a quantidade de combustível solicitado;
  - o KM – quilometragem ou horímetro;
5. A servidora do setor de requisição de combustível, Estefânia ou Ayla, emite a requisição através do Sistema Dardani no módulo Frota, imprime 02 (duas) vias, sendo que a 1ª via fica na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e a 2ª via entrega ao frentista do Posto de Combustível contratado (vencedor do processo licitatório);

6. O Posto de Combustível contratado realiza os abastecimentos durante a quinzena. O Posto faz um relatório em planilha das requisições, as quais deverão estar com os cupons fiscais do respectivo abastecimento. Na sequência, o Posto leva essa planilha, juntamente com as requisições e cupons para o Setor de Compras, Licitação e Frotas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o qual confere a relação com o relatório de requisições expedidas pelo Sistema Dardani (a servidora Ayla confere e passa a dar baixa no Sistema de Frotas utilizando o valor do cupom);
7. O Setor de Compras, Licitação e Frotas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos após a conferência separa todas as requisições e cupons por Secretaria e Unidade Orçamentária, por Nota de Empenho Estimativo. Faz uma planilha do montante de abastecimento por Unidade Orçamentária / Secretaria, entrega para o Posto para emissões das Notas Fiscais por Unidade Orçamentária / Secretaria;
8. O Posto contratado emite todas as Notas Fiscais e entrega no Setor de Compras e Licitações (à servidora Rose) que fica na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Nesta oportunidade a servidora emite uma nota de Sub-Empenho (empenho parcial - quinzenal) com o valor preciso por secretaria / por empenho. A seguir, despacha para cada Secretaria Municipal conferir e liquidar as NF.;
9. Cada Secretaria Municipal confere as requisições/ cupons com a relação das solicitações de viagens, e, na sequência, liquida a Nota Fiscal e a envia para o Setor de Contabilidade na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

#### CONTROLE DE COMBUSTÍVEL COM ABASTECIMENTO ATRAVÉS DA MELOSA

(São 02 Melosas: 308 e 348) - (Caminhão de abastecimento avulso de máquinas que se encontram distante do Posto de Abastecimento):

1. Primeiramente, o motorista do caminhão Melosa se dirige ao setor de requisição de combustível, que fica na Secretaria Municipal de Obras, informando:
  - o a numeração do ‘tanque’;
  - o o nome do motorista;
  - o o tipo de combustível;
  - o a quantidade de combustível para o ‘tanque’;
2. O Operador de Máquina (ou motorista de caminhão) solicita o abastecimento ao motorista do MELOSA por telefone, indicando a localização da máquina;
3. O motorista da Melosa vai até o local da máquina, registra a quantidade de Diesel, o horímetro, o número do frota da máquina, o nome do operador ou motorista, pega a sua assinatura e realiza o abastecimento;
4. O Setor de Transporte recebe do motorista da Melosa a requisição assinada relativa ao abastecimento e confere com a estimativa das horas demandadas para o serviços de cada máquina ou caminhão;
5. De posse dessas requisições assinadas da solicitação dos operadores de máquinas e motoristas caminhões, o Setor de Frotas elabora uma planilha de todos os dados no Excel, arquiva a planilha eletrônica no computador para futura conferência , controle e comprovação da utilização do combustível;
6. Quanto ao combustível requisita para abastecimento do ‘tanque’, os procedimentos são os mesmos relacionados nos itens de 04 a 09;
7. Ainda, há também abastecimentos de álcool e gasolina através da Melosa, que vão armazenados em ‘tambores especiais’ para atender tão somente as máquinas roçadeiras, motoserras, motobombas e geradores de energia;
8. Os procedimentos de controle são os mesmos realizados para o consumo de diesel do ‘tanque’.

#### CONTROLE DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS COM PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA:



1. Sempre é feita a manutenção corretiva. E a conservação dos veículos é de responsabilidade de cada operador ou motorista;
2. Há dois caminhos para a manutenção: ou a manutenção será com a equipe própria da oficina municipal ou através de empresas de serviços mecânicos e de fornecimento de peças;
3. Primeiramente, o motorista ou operador dirige-se ao Encarregado da Manutenção da Frota, que fica no 'Pátio' da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Esse Encarregado avalia em conjunto com o Mecânico Chefe a situação do veículo (carros leves, ônibus e caminhões) e emite parecer se é possível fazer a correção na Oficina da Prefeitura ou se é necessário destinar o veículo para alguma empresa especializada contratada. Quanto as máquinas algumas passam pelo crivo do Mecânico Chefe e do Encarregado da Oficina e outras são avaliadas e encaminhadas pelos Encarregados dos Operadores de Máquinas;
4. Se a manutenção for através da Oficina Municipal o Mecânico Chefe dará sequência à avaliação, realizando um diagnóstico detalhado até definir quais peças serão efetivamente necessárias para serem substituídas e repassa o veículo para outro mecânico da equipe para fazer a correção indicada e as trocas de peças, se for o caso, e, muitas vezes o próprio Mecânico Chefe realiza os serviços, principalmente se for algo mais complexo;
5. No caso de aquisições de peças para a Oficina Municipal, o Encarregado do Pátio providencia a compra. A Empresa Contratada fornece as peças e emite um comprovante que é assinado pelo Encarregado. Após um período, normalmente mensal, conforme o contrato, a empresa relaciona todas as peças e emite as Notas Fiscais, as quais são entregues no Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Obras;
6. No caso das aquisições de peças para a Oficina Municipal, o Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Obras recebe as Notas Fiscais e emite Sub-Empenhos relacionando cada peça com o respectivo veículo;
7. Se a manutenção for através da Empresa Especializada, o Mecânico Chefe envia o veículo para a Empresa Contratada que fará um diagnóstico detalhado, definindo quais serviços e peças serão efetivamente necessárias e os respectivos orçamento que é repassado para o Encarregado do Pátio. Este avalia o orçamento se está compatível com os valores contidos no contrato e autoriza assinando o orçamento. O Encarregado de Pátio encaminha para o Setor de Compras e Licitações para emitir a Nota de Empenho relacionando as peças com cada veículo;
8. A manutenção realizada através da Empresa Especializada é executada conforme orçamento aprovado e o Empenho. Na sequência a Empresa emite as Notas Fiscais de serviços e de peças e repassa para o Chefe do Setor de Compras e Licitações. Este confere com o orçamento e Empenho e liquida, logo após envia a documentação para a Contabilidade;
9. A maioria das manutenções são realizadas na Oficina da própria Prefeitura, especialmente dos veículos leves, caminhões e ônibus. Já as máquinas que exigem manutenção especializadas são executadas por empresa contratada;
10. As trocas de óleos são todas realizadas na própria Oficina Municipal.

Vejamos que a própria equipe de Auditoria constatou que existe o controle pela Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

**Contudo, constatou-se que os Controles Internos dos Serviços de Transporte e Controle de Frota (manutenção e consumo) são realizados pelos procedimentos da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que também é responsável pela guarda da maior parte dos veículos**, conforme (item 6 e 7) questionário “controle internos aplicados ao sistema de transporte”, doc. 04, apêndice II;

Conforme os formulários “Relatório de Viagens”, “Relatório Viagem – Diária” e “Comunicação Interna entre Secretaria de Obras e Outras Secretarias”, todos elaborados pela Secretaria de Obras no controle de Veículos de outras Secretarias, **fica caracterizada o controle da Secretaria de Obras e Serviço Urbanos sobre os veículos das demais Secretarias Municipais.** (destacamos)

Portanto, é importante destacar que as demais Secretarias, em que pese, a determinação em lei local de cuidarem dos veículos sob sua responsabilidade, não são responsáveis pela guarda dos veículos, assim, é praxe no Município que tanto a saída como a chegada deles na garagem da prefeitura são controladas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. E não poderia deixar de ser, pois repisa-se é de lá que saem e voltam a ser guardados os veículos municipais.

Deste modo, não se trata de negligência dos demais Secretários a falta de controle direto desses veículos, mas tão somente, de uma pactuação interna no Governo de que o controle de saída e chegada bem como dos gastos dos veículos precisa ser feito no local onde os mesmos são guardados, por óbvio.

Portanto, razão de ser não teria qualquer penalização dos Secretários Municipais de Administração, Saúde, Educação e Agricultura quanto a falta de controle direto dos veículos de suas pastas, sendo que está sendo feito pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Assim, se requer de pronto que todos os Secretários citados na Auditoria não sejam punidos, no limite sejam, como bem indicado pelos ilustres Auditores, orientados para que se faça sempre “*os controles sobre deslocamento, consumo de combustíveis e manutenção de todos os veículos e equipamentos pertencentes à Administração*”. Ou no limite que o ilustre Prefeito designe especificamente a qual Secretaria será a responsabilidade por isso, por única e exclusiva questão de logística, pois como verificado a totalidade dos veículos são guardados pelo Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos!

Noutro giro, com relação às impropriedades apontadas no item **2.3** (*A Prefeitura Municipal não possui instrumentos de controle sobre a saída de equipamentos horas trabalhadas*), vê-se que tal apontamento é indevido, pois conforme **item 19** do Questionário respondido pela servidora Ana Luiza Prates, é realizado o controle individualizado de

horas/máquinas, acontece que de forma simplificada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o que será melhor mensurado e acompanhado pelo órgão de Controle Interno.

Com relação ao apontamento **2.4** (*A Administração Municipal não utiliza os instrumentos de controle como ferramentas de gestão na tomada de decisão, visando atender aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência*), verifica-se que também este ponto foi devidamente saneado pelo Município de Patrocínio.

Importante destacar que como bem verificado pela Auditoria deste ilustre Tribunal, o controle é efetivamente realizado, abrangendo todos os veículos e equipamentos da frota municipal, que são utilizados por todas as secretarias e segmentos do Município. Acontece que esse controle foi delegado a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a qual faz o controle e presta contas do mesmo, não tendo até o presente momento qualquer informação de irregularidade quanto a este controle. Importante destacar ainda que mesmo de forma verbal e simplificada há sim a orientação e controle desses gastos pelo órgão de Controle Interno do Município, o qual será adequado e instrumentalizado por aquele órgão.

Assim, em que pese o apontamento de que a Controladoria Interna não exercia o controle da fiscalização da frota municipal de forma escrita, porém, exercia de forma verbal e simplificada, tem-se que as medidas de controle foram realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em consonância à previsão contida na Seção V, artigo 9º da Lei Municipal nº 53, de 30/06/2009:

#### Seção V

Da Controladoria Interna:

**Art.9º- O controle da ação governamental da administração deverá ser exercido em todos os órgãos**, cabendo à Controladoria Interna a centralização das informações e a sistematização de relatórios gerenciais e de controle.

E ainda, após a instauração da presente Auditoria e encaminhamento de proposta ao Município de Patrocínio, as impropriedades constantes do tópico **2.3 e 2.4** foram devidamente sanadas, vez que as informações que antes não tinham sido centralizadas, passaram a ser reunidas, concentradas e operacionalizadas pela Controladoria Interna, consoante se tem dos

documentos, que além de acompanhar esse controle de frota está adequando e instrumentalizando o mesmo.

Neste sentido foi proposto pela própria Controladoria Interna uma proposição de lei municipal criando e aperfeiçoando o Sistema de Controle Interno no Município de Patrocínio, a qual já foi apreciada e aprovada pelo Legislativo Municipal e convertida na Lei Complementar Municipal nº 196, de 18 de dezembro de 2020, que será sancionada nesta data, da qual se envia o projeto de lei e a comprovação de aprovação pela Câmara Municipal em ANEXO.

### **3.2 Dos documentos referentes à comprovação de gastos relativos aos veículos/equipamentos da frota municipal: Saneamento do tópico 2.5 da Auditoria**

Com relação ao apontamento **2.5** (*O Município não prestou corretamente as informações ao TCEMG por intermédio do SICOM relativas aos veículos/equipamentos da frota municipal*). A Auditoria informou que:

*Em consulta aos registros de cadastramento de Veículos/Equipamentos e seu Resumo de Gastos do Município de Patrocínio, relativo ao exercício de 2019 (encaminhados a este Tribunal, via Sistema Informatizado de Contas dos Municípios SICOM), constatou-se que foram informados os dados referentes às despesas com consumo de combustíveis no valor total de **R\$ 279.198,07**.*

*Porém, em consulta aos empenhos relativos aos gastos com combustíveis no SICOM, verificou-se que foram empenhadas despesas com combustíveis no valor total de **R\$ 4.314.378,58** evidenciando que os valores informados não estão alocados corretamente aos veículos da frota municipal.*

*Já as despesas com manutenção (aquisição de peças e mão de obra), não foram informadas e alocadas individualmente aos veículos. Embora não tenha sido informado, foi constatado que foram empenhadas despesas com manutenção e aquisição de peças para a frota municipal, não sendo registrados os dados que refletem os gastos efetivamente realizados.*

*Dessa forma, **a informação referente aos gastos com a frota municipal está incompleta, prejudicando a prestação de contas, o acompanhamento e a fiscalização dos gastos.** (destacamos).*

Especificadamente quanto a este item, após a Auditoria efetuada por esse Tribunal de Contas, cuidou a Administração de revisar o trabalho de preenchimento dos dados da Frota perante o SICOM. Informa-se que se está reorganizando a forma de controlar e preencher os dados no sistema informatizado que presta serviços ao Município para que se proceda o envio de todos os dados de controle da frota a este Tribunal.

### **3.3 Da implantação definitiva do sistema de controle interno e saneamento do item 2.6 da presente auditoria**

Com relação ao item 2.6, chegou a Auditoria à seguinte conclusão:

*A Prefeitura Municipal de Patrocínio não possui sistema de controle interno implantado, efetivamente, em ofensa aos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, a LCM n. 53/2009, ao Decreto Municipal n. 2.671/2010, ao art. 5º da IN TCE/MG 08/2003 e ao art. 2º da Decisão Normativa. 02/2016, sendo responsáveis o Sr. Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal, a Sra. Ana Luíza Prates, Controladora Interna, o Sr. Jorge Moreira Marra, Secretário de Obras, o Sr. Luiz Eduardo Salomão Mendonça, Secretário de Administração, o Sr. Humberto Donizete Ferreira, Secretário de Saúde, o Sr. Emerson Caixeta, Secretário de Educação e o Sr. Odirlei José de Magalhães, Secretário de Agricultura (achado 2.6);*

Como informado à época da instauração da presente Auditoria, pela Sra. Ana Luíza Prates, esta esclareceu que a Controladoria Interna do Município já se encontrava em fase de Reestruturação, consoante documento **2199270**, a qual ilustrou que as medidas já estavam programadas a fim de ampliar as atividades de controle da Controladoria Interna do Município, e com isso gerenciar todos os procedimentos relativos ao controle da frota de veículos do Município de Patrocínio, conforme a citada Lei Complementar Municipal nº 196, de 18 de dezembro de 2020, sancionada nesta data.

Assim, verifica-se que a impropriedade apontada no item **2.6**, relativa ao sistema de controle interno está sendo devidamente corrigida, buscando-se atingir a eficiência e economicidade, diante do controle interno efetivamente realizado pelo Município de Patrocínio, agora operacionalizado pela Controladoria Interna.

#### **4. Da falta de motivação para punir – Conclusão da Auditoria para Recomendação ao Município**

Razão não há para qualquer punição decorrente da referida Auditoria, conforme constatado pelos próprios Auditores, existe apenas a necessidade de correção de alguns procedimentos de Controle no Município, em especial do efetivo acompanhamento mais rotineiro da Controladoria Interna quanto ao transporte municipal. Vejamos a conclusão final dos ilustres Auditores:

##### ***4.0 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO DA AUDITORIA***

*Propõe-se a citação dos responsáveis acima relacionados, para que se manifestem acerca das impropriedades detectadas nos achados de auditoria, nos termos do art. 276 da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 (Regimento Interno do TCEMG).*

*Sugere-se que este **Tribunal determine prazo para que a Prefeitura Municipal de Patrocínio sane as impropriedades apontadas no tocante ao controle interno dos serviços de transportes**, nos termos expostos neste relatório.* (destacamos)

Assim, não se cogita em qualquer momento a existência de ilegalidade, improbidades ou desvios nos gastos com o transporte municipal, mas sim, a Auditoria do TCEMG afirmou que o controle se dá efetivamente pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, porém, sem o acompanhamento formal do Controle Interno do Município, e decorrente disto, o Prefeito e os demais Secretários não tinham a informação completa da gestão destes bens.

Deste modo, com o controle maior e preenchimento correto das informações da frota no SICOM, mais as medidas que estão sendo tomadas para um controle eficaz do transporte público, entendemos que a finalidade principal de orientação e recomendação da Auditoria foi alcançada.

Ademais, de se ver que os Auditores constataram que o controle efetivo dos veículos foi efetuado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, preenchendo todos os requisitos legais, os quais corroboram sua legalidade, devendo ser levado em conta a previsão contida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em seu artigo 22: ***Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as***



*dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*

Nesse diapasão, já pronunciou esta Corte, em reiteradas oportunidades:

AGRAVO. PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. LEI N. 13.019, DE 25 DE ABRIL DE 2014. MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC). RECURSOS TRANSFERIDOS ÀS CAIXAS ESCOLARES PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE TRABALHO DE TERMO DE COLABORAÇÃO. LICITAÇÃO. PRIMAZIA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INALTERABILIDADE DA PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. REGULAMENTAÇÃO DO MROSC MEDIANTE DECRETO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA FUMAÇA DO BOM DIREITO. ART. 22 DA LEI N. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018. PERIGO NA DEMORA INVERSO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Conforme entendimento deste Tribunal de Contas expresso na Consulta n. 643.174, ao receber recursos públicos, as Caixas Escolares, ainda que entidades particulares, ao aplicá-los, estão obrigadas a observar os princípios básicos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que são impostergáveis a todos aqueles que utilizem ou administrem bens e valores públicos. 2. A celebração de Termos de Colaboração com as Caixas Escolares não desnatura a personalidade de direito privado dessas entidades, de sociedade civil, espécie associação, tampouco lhes retira o caráter de pessoa jurídica não integrante do corpo da administração pública. 3. O Município, com amparo na sua capacidade de autolegislação, possui a prerrogativa de regulamentar a Lei n. 13.019, de 25 de abril de 2014, mediante decreto. 4. No exame dos pleitos cautelares, o Tribunal de Contas deve sopesar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados, nos termos do caput do art. 22 da Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018. [AGRAVO n. 1047638. Rel. CONS. MAURI TORRES. Sessão do dia 28/08/2018. Disponibilizada no DOC do dia 04/09/2018.] (g.n)



DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. PRELIMINAR PROCESSUAL. REVOGAÇÃO DO CERTAME. PERDA DO OBJETO. MÉRITO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS. INOBSERVÂNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. O desfazimento do certame, com base no poder de autotutela, provoca a perda do objeto do processo, impondo a sua extinção sem julgamento do mérito, com o consequente arquivamento dos autos, nos termos do inciso III do art. 176 c/c o § 3º do art. 196 e com o parágrafo único do art. 305 do Regimento Interno. 2. Nos procedimentos licitatórios, cujos objetos apresentem-se divididos em lotes, as condições de habilitação, incluindo-se as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes, devem ser fixadas individualmente para cada lote, e não de forma cumulativa, em relação à totalidade deles. 3. É irregular a ausência de previsão, no edital da licitação, da exclusividade de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais nos itens de contratação com valor igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), bem como da reserva de 25% (vinte e cinco por cento) dos lotes com valores superiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06. 4. **O agente público só poderá ser responsabilizado pessoalmente por suas decisões e opiniões técnicas, se sua conduta antijurídica for praticada com dolo ou culpa grave, o que deverá ser verificado no caso concreto, consoante se depreende do disposto no art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB. [DENÚNCIA n. 1047659. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 17/09/2020. Disponibilizada no DOC do dia 07/10/2020.]**

Como extraído do julgamento da Denúncia 1047659 acima: “***O agente público só poderá ser responsabilizado pessoalmente por suas decisões e opiniões técnicas, se sua conduta antijurídica for praticada com dolo ou culpa grave***”.

Sendo que referido raciocínio, por decorrência, aplica-se também ao Prefeito e demais Secretários Municipais, vez que estes, nas reiteradas razões acima expostas, delegaram à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos o controle dos veículos, a qual efetivamente o fez e que se está sendo adequado e instrumentalizado pelo órgão de Controle Interno.

### **5. Conclusão e Pedidos**

Conforme demonstrado acima, não se sustentam os achados da auditoria, conforme comprovam os documentos anexos.

Assim, requer-se o **recebimento** e regular **processamento** da presente peça, juntamente com as procurações.

Por fim, o julgamento pela **regularidade** dos procedimentos analisados e o consequente arquivamento do processo.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2020.

**Sebastiana do Carmo Bráz de Souza**

OAB/MG 78.985

**Mariana Andrade Cristianismo**

OAB/MG 190.154